

Advogados públicos se mobilizam nas Casas Legislativas



LEGISLATIVO ESTADUAL

Frente da Advocacia Pública realiza audiência: carreira de apoio, PEC 05/2011 e Lei da Mordaza foram os principais assuntos abordados

página 3

LEGISLATIVO FEDERAL

Congresso Nacional relança Frente Parlamentar da Advocacia Pública

página 4

TELEVISÃO

Conheça os novos convidados do programa "Argumento"

página 8

ENTREVISTA

"O procurador é mais do que um advogado do governo; ele é um advogado do Estado" – Michel Temer

página 9

When I'm sixty-four

*When I get older loosing my hair,
Many years from now
Will you still need me, will you still feed me,
When I'm sixty four.*

Quando os Beatles, ainda jovens, lançaram a canção que dá título a este texto, talvez não imaginassem que estavam tornando os sessenta e quatro anos efeméride digna de registro, uma expressão inequívoca da maturidade.

Para além do sucesso da música, fruto de uma melodia ingênua aliada a uma letra graciosa, “when I'm sixty four” traz no refrão um questionamento profundo sobre a utilidade e a vida das pessoas e relações na idade madura.

“Will you still need me, will you still feed me, When I'm sixty four” é a pergunta que aparece no estribilho de forma insistente.

Neste 2011 a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo completou sessenta e quatro anos.

Criada como Departamento Jurídico em junho de 1947, a hoje PGE/SP tem atribuições constitucionalmente definidas, é uma instituição consolidada e amadurecida que pode e deve aproveitar a data para se questionar quanto à sua utilidade e situação nas relações que mantém com o Estado e a sociedade.

De há muito sustentamos que a Advocacia Pública cresce, viceja no Estado Democrático de Direito.

Desde que o país retornou à normalidade democrática, a Advocacia Pública ganhou o papel constitucional de função essencial à Justiça, foi criada a Advocacia Geral da União e as Procuradorias Estaduais receberam reconhecimento na Constituição Federal.

A Procuradoria de São Paulo, por sua vez, deixou de ser um apêndice da Secretaria da Justiça, assumiu a condição de Secretaria de Estado e trabalha para exercer na plenitude suas competências constitucionais.

A importância ou utilidade de uma instituição sexagenária como a nossa para o Estado e a sociedade brasileiros são inequívocas. A solidez do órgão, aliada aos papéis de orientar a retidão jurídica dos atos e negócios públicos, salvaguardar o patrimônio, viabilizar políticas públicas, recuperar ativos, dentre outros tantos igualmente relevantes, conferem à Advocacia do Estado responsabilidade de grande envergadura.

Dar atendimento de forma adequada a atribuições de tamanho vulto é o nosso desafio diário, tarefa que exige não apenas execução, mas sobretudo reflexão e gestão.

E no contexto da reflexão ou análise da realidade, podemos dizer que vivemos um momento histórico em que estão presentes condições bastante favoráveis para a ampliação da expressão institucional da Advocacia Pública.

Diversos são os fatores que colaboram para o aparecimento dessa “janela de oportunidade”, mas o protagonismo econômico do Estado na última década e o anseio social por uma Administração cada vez mais transparente e conformada aos limites estritos da legalidade são aspectos relevantes, que,

por estarem diretamente ligados ao fundamento de nossa atuação, tendem a fomentar a procura por nossos serviços.

Surge, então, de forma muito visível, a necessidade imperiosa de gestão do órgão que, em momentos anteriores, embora também existisse, não se punha como fator determinante do sucesso ou do fracasso do ente.

Isto porque o inevitável aumento no volume de serviço derivado desse Estado ativo e legalizado exige a racionalização das atividades para atendimento das demandas da Administração. E o adequado atendimento dessa demanda estatal, se de um lado é uma “janela de oportunidade” para ampliação de nossas bases institucionais, de outro, caso não consigamos dar conta de todas as tarefas, pode nos custar alguma atribuição.

Daí virmos sustentando que dois fatores são fundamentais para que a PGE se apresente com capacidade para fazer frente às demandas desses tempos atuais: a) o estabelecimento de projetos claros e definidos que envolvam a comunidade dos procuradores; e b) a busca por melhores condições de trabalho.

No que concerne às condições de trabalho, a diretoria da Apesp vem expondo as imensas carências da instituição quanto à falta de servidores administrativos e, por isso, mantém atuação firme em prol da criação de carreira de apoio para os quadros da PGE. Vinte e cinco anos sem concurso de ingresso para servidores do órgão dá a dimensão do tamanho da carência, da seriedade e da urgência de atendimento do pleito.

Outras carências também existem, precisam ser equacionadas e têm sido apresentadas pela Apesp às autoridades, como precariedade das instalações de trabalho, insuficiência de transporte, dificuldade de recrutamento de peritos credenciados, em razão dos baixos valores oferecidos, dentre outras.

Trata-se todas de carências fundamentais, que guardam relação direta com o desenvolvimento do trabalho e que podem dificultar sobremaneira o aproveitamento da aqui referida “janela de oportunidade”.

Quanto aos projetos da instituição, a Apesp também tem procurado dar sua contribuição a partir das reuniões que realiza com os colegas. Saiu daí a abordagem, por exemplo, do tema dos débitos tributários de pequeno valor – tantas vezes levado ao Conselho – bem como as propostas legislativas incorporadas ao Projeto do CPC em apreciação na Câmara dos Deputados ou alguns apontamentos para a Área da Consultoria.

Mas é preciso avançar – e ousar –, até porque o Estado precisa de nós e esses novos tempos esperam que nossa PGE, essa senhora madura, de sessenta e quatro anos, segura das suas possibilidades e ainda cheia de energia, seja capaz de surpreender, de inovar, de se reinventar, enraizando-se a cada dia no cotidiano do Estado e ajudando-o a construir uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, erradique a pobreza, reduza as desigualdades e promova o bem de todos, sem preconceitos ou qualquer outra forma de discriminação.

Márcia Semer é presidente da Apesp



ASSOCIAÇÃO DOS
PROCURADORES
DO ESTADO DE
SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETORA FINANCEIRA

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

José Carlos Cabral Granado

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Thiago Luís Sombra

CONSELHO ASSESSOR

José Damião de Lima Trindade

José do Carmo Mendes Junior

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Mary Chekmenian

Sebastião Vilela Staut Jr.

CONSELHO FISCAL

Caio Augusto Limongi Gasparini

Caio César Guzzardi Silva

Norberto Oya

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp, Ricardo Lucas e

Cristiano Tsonis

CAPA

Osiris Santos Jr.

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.500 exemplares

Acesse a versão *on-line* do
JORNAL DO PROCURADOR
no *site* <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública promove audiência na Alesp

Em setembro, foi realizada, no auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa de São Paulo, a primeira audiência da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, com a aprovação de seu Regimento Interno. As principais reivindicações levadas pela diretoria da Apesp ao evento foram a criação de uma carreira de apoio, a revogação da Lei da Mordada (art. 110, inc. IV, da LOPGE) e a aprovação da PEC 05/2011 (de autoria do deputado Campos Machado e que propõe o estabelecimento de mandato e a escolha do procurador geral do Estado por meio de lista triplíce). Ademais, foi pedido ao deputado Capez auxílio no agendamento de audiências com o governador Geraldo Alckmin e secretários de Estado. O deputado Fernando Capez sugeriu a elaboração de um ofício conjunto e circunstanciado para encaminhar ao governador, solicitando uma audiência. Para Capez, o documento deverá conter um detalhamento de toda a situação de deficiência estrutural da PGE e o impacto negativo que tal conjuntura traz para o Estado de São Paulo. Sobre a PEC 05, o deputado afirmou que todos os integrantes da Frente são solidários à aprovação. Leia abaixo excertos dos ofícios entregues pela presidente Márcia Semer (a íntegra dos documentos está disponível no site www.apesp.org.br):

• **Revogação art. 110, inciso IV**, que proíbe o procurador do Estado de “manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo procurador geral”.

“(…) Dando atendimento à ordem constitucional instituída com o advento da Constituição de 1988 no que concerne às liberdades de manifestação e informação, esta Casa Legislativa, em setembro de 2009, votou projeto de lei complementar que se converteu na LC n. 1.096/2009 e revogou o artigo 242, inciso I, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de São Paulo, que impunha ao servidor estadual a proibição de se manifestar crítica ou livremente sobre os atos da Administração e as autoridades constituídas, inclusive pela imprensa ou qualquer outro meio de divulgação. Não obstante essa relevante iniciativa legislativa do Parlamento paulista, que revogou o art. 242, I, da Lei n. 10.263/68, remanesce na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado dispositivo legal de teor equivalente, que não prestigia o Estado Democrático de Direito, pois proíbe o procurador do Estado de ‘manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo procurador geral’ (LOPGE/SP, art. 110, inc. IV). Trata-se de disposição legal que ademais de

anacrônica, verdadeira ‘Lei da Mordada’, em nada favorece a Administração pública, na medida que obstaculiza uma atuação mais assertiva da Procuradoria Geral do Estado paulista (...)”.

O deputado Fernando Capez convidou a presidente Márcia Semer a comparecer em seu gabinete, com o propósito de elaborar um projeto de lei para revogar tal dispositivo. Capez apançou que todos os integrantes da Frente apoiarão a propositura. “Precisamos aprovar este projeto rapidamente. Faço uma penitência de não ter notado antes um dispositivo de flagrante inconstitucionalidade”.

• **Criação de uma carreira de apoio para a PGE**: o documento foi entregue a todos os integrantes da Frente, bem como para os membros da Comissão de Finanças e Orçamento – inclusive ao seu presidente, deputado Mauro Bragato (PSDB). O objetivo é angariar apoio para que a referência à carreira de apoio para a PGE seja mantida no Plano Plurianual (PPA) e também garantir uma rubrica na Lei Orçamentária de 2012. Nesse sentido, a Apesp marcou presença em 27/09 na audiência pública sobre o Orçamento de 2012, que foi realizada na Alesp.

“No último ano a diretoria da Apesp visitou todas as unidades da capital e do interior, realizou reunião com os representantes das diferentes unidades da PGE e, ainda, encontros e seminários, tudo com a finalidade de traçar um panorama acerca das necessidades existentes. O resultado dessa peregrinação foi a constatação do colapso. Nossos servidores administrativos não são apenas em número insuficiente, mas estão, em diversos setores, à beira da aposentadoria, pois há 25 anos não se realiza concurso

de ingresso para servidores administrativos na PGE/SP. Em diversas unidades da PGE/SP, 70% dos poucos servidores existentes já podem se aposentar; nas demais, o reduzido quadro de servidores caminha para a mesma situação. Há unidades sem um único engenheiro para orientar os procuradores quanto a aspectos técnicos de ações imobiliárias e, nas demais, o número desses profissionais é absolutamente insuficiente para as necessidades do órgão. O setor de engenharia da PGE está sucateado. A Procuradoria do Estado de São Paulo não tem quadro de peritos contábeis e mantém precária relação de profissionais credenciados pagos por tarefa, havendo relatos de grande dificuldade, ou mesmo impossibilidade, para o recrutamento desses profissionais entre os credenciados, em razão do baixo valor que a PGE paga pelos serviços de conferência de cálculos processuais”.

COMITIVA

O ato contou ainda com a presença dos representantes da Apesp nas Unidades da PGE, que mantiveram no mesmo dia uma reunião na sede da Associação: José Fabiano de Almeida Alves Filho e Manoel Francisco Pinho (Consultorias Jurídicas); Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes (Fiscal); Tania Lotto (representante dos aposentados); Rogério Pereira da Silva (PR3); Ana Carolina Izidorio Davies (PR7); Regina Marta Cereda Lima (PR 12). A diretoria da Apesp foi representada por: Márcia Semer, presidente; Shirley Tomé, secretária geral; Cristina Cirenza, diretora financeira; Márcia Zanotti, diretoria social e cultural; Daniel Pagliusi, diretor de comunicações; José Carlos Cabral Granao, diretor de patrimônio.



Congresso Nacional relança Frente Parlamentar



No mês de agosto, foi relançada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, sob a coordenação do deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP). O plenário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados ficou repleto de procuradores estaduais, municipais e federais em apoio à iniciativa. Os advogados públicos foram representados pela Apesp (e demais entidades de classe de procuradores do Estado das Unidades da Federação), ANAPE, ANPM e UNAFE. Para a presidente da Associação Márcia Semer, “a criação da Frente Parlamentar nos permite chamar a atenção da classe política para a importância e para as demandas da Advocacia Pública. Ademais, a garantia da paridade constitucional depende da tramitação de diversas propostas em tramitação no Congresso Nacional”. Até o fechamento desta edição, já tinham aderido à Frente 22 senadores e 208 deputados federais, sendo 30 da bancada paulista (leia lista na p. 5).

Ex-presidente da Câmara, Aldo Rebelo cumpre a sua 6ª legislatura como deputado federal. O congressista demonstrou sua satisfação em coordenar a Frente, que defenderá os interesses da Advocacia Pública e será um instrumento para a efetivação

dos seus pleitos. “A segurança para a correção dos desequilíbrios da nossa sociedade é o fortalecimento do Estado brasileiro. É na ação do Estado que podemos democratizar a vida social do país e ampliar o acesso aos serviços públicos. A Advocacia Pública é a instituição que defende esse Estado. Um Estado com vocação de justiça. A Advocacia Pública não foi devidamente valorizada no texto da Constituição de 1988. O Brasil estava saindo de um regime ditatorial e, na época, o Estado era visto como uma ameaça. Cabe agora o esforço de reposicionar a Advocacia Pública no seu patamar constitucional. Esse é o meu compromisso por dever e não por obrigação. Faço pelas minhas convicções da importância do trabalho que as senhoras e os senhores exercem”. Rebelo destacou que o vice-presidente, Michel Temer, mandou uma saudação especial a todos os advogados públicos, parabenizando pelo lançamento da Frente Parlamentar.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, saudou a iniciativa da criação da Frente, frisando que não poderia deixar de comparecer ao evento pelos sólidos compromissos que tem com a Advocacia Pública. Mendes comprometeu-se com o seu engajamento na consolidação da Advocacia Pública em todos os seus ramos. “Com o avanço institucional e a profissionalização da Advocacia Pública teremos outro quadro em termos de Estado de Direito”. Por fim, consignou que a Frente terá a coordenação de um exemplar homem público.

Para o advogado-geral da União, Luis Adams, a criação da Frente faz os advogados públicos sentirem-se prestigiados pelo Congresso Nacional. “Quando o Legislativo elege a Advocacia Pública como tema de importância central, ganhamos um espaço privilegiado e decisivo para a discussão dos nossos grandes temas. Tal prestígio reflete a importância que a Advocacia Pública tem na Administração. Vejo aqui um enorme envolvimento dos procuradores em defender as nossas atribuições constitucionais”.

O líder do governo, Cândido Vaccarezza, disse existir um compromisso com a causa da Advocacia Pública na Câmara dos Deputados. “Nos limites da ação da liderança do governo na Câmara, podem contar comigo para essa grande luta que é o fortalecimento da Advocacia Pública”. O então líder do governo no Congresso Nacional e atual ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), definiu que “ninguém cuida melhor do Estado do que os advogados públicos. A Advocacia Pública é extremamente importante para a eficiência do Estado. Não concordo apenas com a interferência, em alguns casos, dos governantes. Advogado público não pode ser defensor do governo, mas sim do Estado. Contem comigo”.

O deputado Alessandro Molon (PT/RJ), subcoordenador de Prerrogativas da Frente, afirmou

que a iniciativa não buscará “uma defesa corporativa dos advogados públicos, mas sim pleitear conquistas que permitam o pleno êxito na atuação dos advogados públicos. Devemos também defender a autonomia dos procuradores e a total liberdade para que façam o controle prévio dos atos governamentais. É muito bom poder estar a serviço dessa causa. É isso que dá sentido ao mandato parlamentar”.

O deputado José Guimarães (PT/CE), subcoordenador de Defesa das Obras e Políticas Públicas, lembrou que ao ser convidado pelas entidades para integrar a Frente temeu inicialmente que poderia ser mais “uma entre tantas” que existem na Casa e não apresentam avanços. No entanto, com a indicação do deputado Aldo Rebelo como coordenador, não se corre tal risco. “Teremos como missão fortalecer e melhor estruturar a Advocacia Pública nas três esferas. Não existe Estado Democrático de Direito sem um Estado forte. (...) A Advocacia Pública não pertence aos governantes, mas sim ao Estado Democrático de Direito. (...) Esta é uma Casa de pressão e está na hora também da Advocacia Pública fazer pressão pelos seus pleitos”.

Segundo o deputado Fábio Trad (PMDB/MS), subcoordenador de Valorização da Advocacia Pública, a Frente irá “articular politicamente para viabilizar os pleitos da Advocacia Pública”. Destacou ainda a tramitação da PEC 443, de autoria do deputado Bonifácio Andrada. Por fim, o parlamentar adiantou que apresentará um projeto de lei prevendo que a anuidade da OAB seja ressarcida aos advogados da União pela AGU. O deputado Policarpo (PT/DF), subcoordenador de Estruturação Administrativa e de Pessoal, também esteve presente ao ato, mas teve que se ausentar por outros compromissos.

João Paulo Cunha (PT/SP), presidente da CCJ e também membro da Frente, afirmou que a luta será para que a Advocacia Pública tenha reconhecimento da sua importância para o Estado brasileiro e para toda a população. “Podem contar comigo também na CCJ para lutarmos pela conquista da total independência e autonomia da Advocacia Pública em qualquer circunstância”.

Meire Monteiro, presidente da Comissão do Advogado Público na OAB Federal e dirigente do Fórum Nacional da Advocacia Pública (que representou o presidente da OAB Ophir Cavalcante), cumprimentou o deputado Aldo Rebelo e as entidades organizadoras “por consolidarem esse importante instrumento para defender a Advocacia Pública e promover a articulação dos advogados públicos com o parlamento”. Luís Carlos Palacios, diretor geral da Unafe, ressaltou que um dos objetivos dessa Frente será a criação de uma Lei Orgânica da Advocacia Pública Nacional. Juliano Dossena, presidente da Anape, saudou os presidentes das associações estaduais de

da Advocacia Pública

procuradores de Estado. “Nada mais justo que nesse contexto consigamos avançar junto à Frente e trazer para a Advocacia Pública a sua efetiva autonomia”. Dossena reivindicou ainda que a PEC 452 entre em pauta. Evandro de Castro Bastos, presidente da ANPM, reputou como importante a união dos advogados públicos municipais, estaduais e federais, devido à grande pauta de projetos em tramitação no Congresso Nacional de efetiva importância para a Advocacia Pública.



Comitiva de procuradores paulistas em encontro com o deputado Aldo Rebelo (ao centro)

Procuradores paulistas prestigiam lançamento da Frente

Uma comitiva de procuradores paulistas – organizada pela Apesp (veja lista abaixo) – esteve presente ao lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública. Conheça a delegação:

– Diretores: Márcia Semer, presidente; Shirley Tomé, secretária geral; Cristina Cirenza, diretora financeira; José Carlos Cabral Granado, diretor de patrimônio; Thiago Sombra, diretor de assuntos parlamentares.

– Conselheiro fiscal e membro da Comissão de Prerrogativas: Caio César Guzzardi Silva.

– Representantes da Apesp: Beatriz Couto Tancredo (PR da Grande São Paulo); Márcia Elizabeth Leite (PR de Santos); Regina Marta Cereda Lima (PR de São Carlos); Rogério Pereira da Silva (PR de Taubaté); Tânia Lotto (representante dos aposentados).

Na Câmara dos Deputados, uniram-se à delegação da Apesp os colegas da PGE/SP em Brasília, Marcos Ribeiro de Barros e Newton Jorge; o presidente do Sindiproesp, Ruben Fucs; e o ex-presidente e membro do conselho assessor da Apesp, José Damiano de Lima Trindade.

O conselho da PGE foi representado pelo conselheiro Celso Alves de Resende Junior.

CONHEÇA OS SENADORES E DEPUTADOS PAULISTAS QUE JÁ ADERIRAM À FRENTE! ENVIE SUA MENSAGEM DE AGRADECIMENTO E INCENTIVO!

SENADORES: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) – aloysionunes.ferreira@senador.gov.br; Álvaro Dias (PSDB/PR) – alvarodias@senador.gov.br; Angela Portella (PT/RR) – angela.portella@senadora.gov.br; Benedito de Lira (PP/AL) – benedito.lira@senador.gov.br; Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) – antoniocarlosvaladares@senador.gov.br; Ciro Nogueira (PP/PI) – ciro.nogueira@senador.gov.br; Francisco Dornelles (PP/RJ) – francisco.dornelles@senador.gov.br; Eduardo Suplicy (PT/SP) – eduardo.suplicy@senador.gov.br; Gim Argello (PTB/DF) – gim.argello@senador.gov.br; Humberto Costa (PT/PE) – humberto.costa@senador.gov.br; João Alberto (PMDB/MA) – joao.alberto@senador.gov.br; José Pimentel (PT/CE) – gab.josepimentel@senado.gov.br; Lindberg Faria (PT/RJ) – lindbergh.farias@senador.gov.br; Marcelo Crivella (PRB/RJ) – crivella@senador.gov.br; Paulo Paim (PT/RS) – paulopaim@senador.gov.br; Renan Calheiros (PMDB/AL) – renan.calheiros@senador.gov.br; Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) – rollemberg@senador.gov.br; Romero Jucá (PMDB/RR) – romero.juca@senador.gov.br; Vicentinho Alves (PRB/TO) – vicentinho.alves@senador.gov.br; Walter Pinheiro (PT/BA) – pinheiro@senador.gov.br; Wellington Dias (PT/PI) – wellington.dias@senador.gov.br; Wilson Santiago (PMDB/PB) – wilson.santiago@senador.gov.br .

DEPUTADOS PAULISTAS: Aldo Rebelo (PCdoB/SP) – dep.aldorebelo@camara.gov.br; Alexandre Leite (DEM/SP) – dep.alexandreleite@camara.gov.br; Antonio Bulhões (PRB/SP) – dep.antoniobulhoes@camara.gov.br; Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) – dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br; Cândido Vaccarezza (PT/SP) – dep.candidovaccarezza@camara.gov.br; Carlos Almeida (PT/SP) – dep.carlinhosalmeida@camara.gov.br; Devanir Ribeiro (PT/SP) – dep.devanirribeiro@camara.gov.br; Guilherme Mussi (PV/SP) – dep.guilhermemussi@camara.gov.br; Gabriel Chalita (PSB/SP) – dep.gabrielchalita@camara.gov.br; Ivan Valente (PSOL/SP) – dep.ivanvalente@camara.gov.br; Janete Pietá (PT/SP) – dep.janeterochapieta@camara.gov.br; Jefferson Campos (PSC/SP) – dep.jeffersoncampos@camara.gov.br; Jilmar Tatto (PT/SP) – dep.jilmartatto@camara.gov.br; João Dado (PDT/SP) – dep.joaodado@camara.gov.br; João Paulo Cunha (PT/SP) – dep.joaopaulocunha@camara.gov.br; Luís Fernando Machado (PSDB/SP) – dep.luizfernandomachado@camara.gov.br; Luiza Erundina (PSB/SP) – dep.luizaerundina@camara.gov.br; Marcelo Aguiar (PSC/SP) – dep.marceloaguiar@camara.gov.br; Nelson Marquzelli (PTB/SP) – dep.nelsonmarquzelli@camara.gov.br; Otoniel Lima (PRB/SP) – dep.otoniellima@camara.gov.br; Paulo Freire (PR/SP) – dep.paulofreire@camara.gov.br; Paulo Teixeira (PT/SP) – dep.pauloteixeira@camara.gov.br; Paulo Pereira da Silva (PDT/SP) – dep.paulopereiradasilva@camara.gov.br; Ricardo Berzoini (PT/SP) – dep.ricardoberzoini@camara.gov.br; Ricardo Izar (PP/SP) – dep.ricardoizar@camara.gov.br; Roberto de Lucena (PV/SP) – dep.robertodelucena@camara.gov.br; Salvador Zimbaldi (PDT/SP) – dep.salvadorzimbaldi@camara.gov.br; Vanderlei Macris (PSDB/SP) – dep.vanderleimacris@camara.gov.br; Vicentinho (PT/SP) – dep.vicentinho@camara.gov.br; Walter lhoshi (PSDB/SP) – dep.walterlhoshi@camara.gov.br.

* Essa lista foi atualizada até o fechamento desta edição. Futuras adesões serão comunicadas nos próximos informativos.

CONGRESSO NACIONAL: CONHEÇA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS LEGISLATIVAS SOB ACOMPANHAMENTO DA APESP

CÂMARA DOS DEPUTADOS – PEC

358/2005: Segunda fase da Reforma do Judiciário. Autor: Comissão de Constituição e Justiça do Senado. **PEC 441/2005:** PEC Paralela II da Previdência. Autor: ex-senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **PEC 555/2006:** Extingue a contribuição previdenciária de inativos. Autor: ex-deputado Carlos Mota (PSB-MG). **PEC 82/2007:** Atribui autonomia funcional aos membros da Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias, Procuradorias dos Estados e Defensoria Pública. Autor: ex-deputado Flávio Dino (PCdoB-MA). **PEC 89/2007:** Estabelece o mesmo teto remuneratório para qualquer que seja a esfera de governo. Autor: deputado João Dado (PDT-SP). **PEC 210/2007:** Restabelece o adicional por tempo de serviço para as carreiras típicas de Estado. Autor: ex-deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). **PL 7.412/2010:** Dispõe sobre a destinação dos rendimentos auferidos da aplicação financeira dos depósitos judiciais. Autor: deputado José Otávio Germano (PP/RS). **PEC 341/2009:** Retira da CF matéria que não é constitucional (desconstitucionalização). Autor: ex-deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). **PEC 443/2009:** Estabelece o subteto remuneratório para membros da Advocacia Pública e da Defensoria Pública equivalente a 90,25% da remuneração dos ministros do STF. Autor: deputado Bonifácio Andrada

(PSDB-MG). **PEC 452/2009:** Reestruturação da Advocacia Pública. Autor: deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). **PLP 1/2007:** Limita em 1,5%, mais inflação, o aumento do gasto anual com o funcionalismo público. Autor: Poder Executivo. **PL 7261/2002:** Estabelece que a intimação dos representantes judiciais dos Estados e DF será feita pessoalmente, salvo quando se realizar fora da sede do juízo, hipótese em que se fará por carta registrada. Autor: Poder Executivo. **PL 4091/2004:** Suprime dispositivos que determinam a intimação e notificação pessoal de procurador federal e de procurador do Banco Central do Brasil. Autor: STJ. **PL 5140/2005:** Modifica a CLT para estabelecer a penhora "on line" nas execuções trabalhistas e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica. Autor: ex-deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP). **PL 1492/2007:** Garante o depósito dos honorários de sucumbência devidos aos advogados servidores da Administração Pública em um Fundo Autônomo da Advocacia Pública – FAAP, para ser distribuído ou revertido em benefício da categoria. Autor: deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). **PL 2412/2007:** Trata da execução administrativa da dívida pública. Autor: ex-deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). **PL 5139/2009:** Nova Lei da Ação Civil Pública (II Pacto Republicano) Autor: Poder Executivo. **PL 7392/2010:** Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública. Autor: deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). **PL 7749/2010:** Reajusta o subsídio dos ministros do STF. Autor: STF. **PL 8046/2010 (PLS 166/2010 – Senado):** Reforma do Código de Processo Civil. Autor: Senado Federal

SENADO FEDERAL – PEC 05/2011: Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da Magistratura, do Ministério Público, da Advocacia e da Defensoria Pública e dá outras providências pertinentes. Tramita em conjunto com a PEC 02/2011 (Autor: ex-senador Gilvam Borges) e PEC 68/2011 (Autor: senador Humberto Costa). **PEC 25/2009:** Atribui legitimidade ativa aos Tribunais de Contas para ajuizar ações de execução fundadas em suas próprias decisões, dotadas de eficácia de título executivo. **PLS 218/2010:** Disciplina a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da Advocacia Pública em processos administrativos. Autor: Comissão de Legislação Participativa do Senado (OAB/DF).

SAIBA MAIS:

CONHEÇA O ORGANOGRAMA DA FRENTE PARLAMENTAR

Deputado Aldo Rebelo
coordenador
Deputado Alessandro Molon (PT/RJ)
subcoordenador de Prerrogativas
Deputado José Guimarães (PT/CE)
subcoordenador de Defesa das Obras e Políticas Públicas,
Deputado Fábio Trad (PMDB/MS)
subcoordenador de Valorização da Advocacia Pública
Deputado Policarpo (PT/DF)
subcoordenador de Estruturação Administrativa e de Pessoal

AUDIÊNCIA

Vice-presidente da República, Michel Temer, recebeu grupo de procuradores paulistas

Em um clima muito descontraído e amigável, um grupo de 15 procuradores do Estado de São Paulo – capitaneados pela Apesp – foi recepcionado pelo vice-presidente da República Michel Temer, no Palácio do Planalto. A presidente da Apesp, Márcia Semer, abordou com o vice-presidente a questão do aumento do teto salarial dos ministros do STF.

Aproveitou o encontro para convidá-lo a participar da gravação do programa “Argumento – Advocacia Pública em Ação” e do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado. Além disso, relatou que o deputado estadual Campos Machado (PTB) apresentou na Alesp a PEC 05/2011, que prevê mandato e eleição do procurador geral. Por fim, solicitou que o vice-presidente intermediasse um encontro de advogadas públicas (procuradoras do Estado, municipais e advogadas da União) com a presidente Dilma Rousseff.



Lei fluminense prevê custeio da PGE RJ

Em março de 2006, o governo do Estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei Complementar n. 111, criando o Fundo da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (FUNPERJ), com destinação de 5% das receitas do recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais para custeio e estruturação da Procuradoria fluminense. O presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Rafael Rolim, entende que a criação do Funperj “foi um grande marco para a carreira, permitindo a obtenção de recursos financeiros indispensáveis ao custeio e aos investimentos da Procuradoria Geral do Estado. Com o aumento do acesso à justiça e a criação dos juizados especiais de Fazenda Pública, a necessidade de investimentos na PGE ganhou uma nova dimensão, razão pela qual a criação de fundos específicos para as carreiras essenciais à Justiça, como foi realizado no Estado do Rio de Janeiro, garante o equilíbrio entre as instituições”, define. Segundo Rolim, os benefícios trazidos pela legislação para a Procuradoria fluminense são “muitos e notórios. Com os recursos do Fundo adquirimos uma nova sede, maior, mais moderna e funcional. Além disso, sedes no interior do Estado também estão sendo adquiridas graças a esses recursos”.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) apresentou a ADI 3.704 questionando

a constitucionalidade do artigo 31 da Lei Complementar n. 111: “Art. 31 – Constituem receitas do FUNPERJ: (...) III – 5 % (cinco por cento) oriundo das receitas incidentes sobre o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais”.

O ex-procurador geral da República, Antonio Fernando Souza (2005/2009), emitiu parecer pela improcedência da ADI, que está sob a relatoria do ministro Marco Aurélio.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PL 7.412/2010 DESTINA FUNDOS PARA AS PROCURADORIAS

De autoria do deputado gaúcho José Otávio Germano (PP/RS), o Projeto de Lei n. 7.412/2010 “dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça em geral, e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação, e dá outras providências”.

Como a proposta original contemplava apenas o Poder Judiciário, as entidades representativas da Advocacia Pública iniciaram uma grande mobilização na Câmara dos Deputados. O relator da proposta na Comissão de Finanças e Tributação incluiu na distribuição dos recursos, juntamente com o “Poder Judiciário, os seguintes órgãos com os respectivos percentuais: Ministério Público – 10%; Defensoria Pública de cada Estado e do

Distrito Federal – 7%; Procuradoria Geral de cada Estado e do Distrito Federal – 3%”. O texto foi aprovado na referida Comissão no início de setembro.

Ademais, o deputado Edmar Arruda (PSC/PR) apresentou voto em separado, igualando a distribuição: “Ao montante dos rendimentos líquidos auferidos dos depósitos judiciais de que tratam esta Lei concorrerão o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Procuradorias Gerais de cada Estado e do Distrito Federal, observados os percentuais de 10%, 10% e 10%, respectivamente.” A iniciativa não obteve êxito.

SAIBA MAIS:

NO CONSELHO DA PGE/SP, PROCESSO PROPÕE A CRIAÇÃO DO FUNIDPGE

De autoria do ex-conselheiro e atual diretor de assuntos parlamentares da Apesp Thiago Sombra, o GDOC 18575-888672/2008 propõe um projeto de lei para a criação do Fundo Especial de Infraestrutura e Desenvolvimento da PGE. O último andamento da proposta foi a distribuição para o então conselheiro José Renato Ferreira Pires.

INTERAÇÃO

Em recentes visitas, Apesp detecta problemas estruturais e com a gestão do PGE.net

Nos meses de agosto e setembro, a diretoria da Apesp visitou cinco Unidades da PGE – PRs de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, além das Procuradorias Fiscal e Judicial – quando foi possível conversar com os colegas sobre temas de interesse da carreira, colher informações sobre assuntos que os afligem e buscar sugestões para a atuação da Associação. Com gradações diferenciadas, alguns problemas foram detectados em todos os locais: falta de servidores e estagiários; inexistência de carreira de apoio; inconsistências no PGE.net; ampliação das ações que são ajuizadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (JECs); volume exacerbado de trabalho, sem a contrapartida de uma melhor estruturação da Procuradoria.

PGE.net: Os colegas relataram que o sistema PGE.net, que é bom sob vários aspectos, apresenta uma série de inconsistências que prejudicam sobremaneira o serviço e o controle do serviço. Em alguns casos, colegas chegam a passar metade

do seu dia de trabalho realizando checagem dos dados, pois não são raros os episódios em que os dados aparecem e desaparecem da tela. Em recente reunião do Conselho, a presidente da Apesp Márcia Semer propôs que o gestor do contrato e um representante da empresa contratada comparecessem ao Conselho para expor o teor do contrato, obrigações da empresa contratada e as providências que vêm sendo tomadas para sanar tais problemas. Na oportunidade, Semer salientou ainda que existe uma insegurança absoluta com o controle de prazos pelo sistema. Outro ponto negativo é a obsolescência do seu editor de textos: “Os colegas têm usado o ‘word’ para depois inserir o trabalho no sistema”.

JECs: especialmente para os colegas da Judicial e do Interior, os Juizados Especiais da Fazenda Pública – que se tornaram o principal foro para as ações ajuizadas pelos servidores públicos – têm se configurado como um grande problema. Segundo o que foi relatado, os juízes acolhiam no início as

preliminares do Estado. Agora, entretanto, a prática não tem sido mais essa. A inexistência de contadores e a lentidão no envio das informações no âmbito da Administração fazem com que o procurador não tenha elementos específicos para contestar e tampouco valores das vantagens para ofertar o contracálculo. Com isso, os juízes têm decidido pela procedência do pedido e mesmo do valor total requerido, sem que a Fazenda tenha oportunidade de aguardar a vinda dos dados funcionais do autor. Tem-se aplicado aos Juizados da Fazenda Pública o mesmo procedimento do Juizado Especial Cível, com sérios prejuízos ao Estado. É fundamental que se tome uma providência muito rápida, inclusive com tratativas entre o GPGE e a cúpula do TJ SP.

Falta de peritos: O baixo valor pago pelo Estado aos peritos (assistentes técnicos) não gera interesse desses profissionais pelo trabalho e a Procuradoria Fiscal tem se ressentido da falta desse suporte em seus processos, que muitas vezes são vultosos.

Programa "Argumento" entrevista o vice-

A segunda fase do programa "Argumento – Advocacia Pública em Ação" tem como destaque uma entrevista com o vice-presidente da República Michel Temer. O ex-procurador geral do Estado de São Paulo – que recepcionou a presidente da Apesp Márcia Semer e toda a equipe da TV PUC SP em seu escritório político – pôde detalhar a sua trajetória na PGE SP e a carreira política, além de abordar temas de interesse da Advocacia Pública. O programa foi ao ar no dia 1º/10 (sábado), às 12h, com reprise no dia 5, às 10h (leia a íntegra da entrevista nas p. 9 e 10). Ademais, a partir de setembro a produção agregou como novidade a participação de dois entrevistados em algumas gravações. A intenção é expor visões complementares sobre determinados assuntos e ampliar as informações transmitidas aos telespectadores sobre o trabalho da Advocacia Pública.

CONHEÇA AS EDIÇÕES DO PROGRAMA "ARGUMENTO" QUE JÁ FORAM AO AR!

Elival da Silva Ramos, *procurador geral do Estado de SP (tema: Advocacia Pública do Estado)*

Márcia Machado, *procuradora chefe da Assessoria Técnico Legislativa – ATL (tema: assessoria legislativa)*

Jorge Eluf, *procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e presidente da Comissão do Advogado Público da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (tema: pleitos institucionais da Advocacia Pública)*

Márcio Sotelo Felipe, *procurador do Estado, ex-procurador geral do Estado de São Paulo e ex-diretor da ESPGE (tema: direitos humanos)*

Fernanda Ribeiro de Mattos Luccas, *procuradora do Estado na Coordenadoria de Precatórios (tema: precatórios)*

Celso Augusto Coccaro Filho, *procurador geral do Município de São Paulo (tema: Advocacia Pública do Município)*

Luiz Duarte, *procurador chefe da PJ8 especializada em medicamentos (tema: questão das ações judiciais envolvendo medicamentos)*

Flávia Piovesan, *procuradora do Estado de São Paulo, com atuação na Procuradoria Judicial, no setor da Fazenda Autora, e professora da PUC SP (tema: direitos humanos e atuação na Fazenda autora).*

Guilherme Purvin, *procurador do Estado de São Paulo e presidente do IBAP (tema: considerações sobre o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e questões ambientais).*

Caio Guzzardi, *procurador do Estado de São Paulo, e Daniel Smolentzov, procurador do Estado de São Paulo (tema: Advocacia Pública e a defesa contenciosa do meio ambiente no Estado de São Paulo).*

Maria Bernadete Bolsoni Pitton e Paula Cristina Rigueiro Barbosa Engler Pinto, *procuradoras do Estado de São Paulo com atuação na Fundação Procon (tema: atuação da PGE SP na Fundação Procon).*

Michel Temer, *vice-presidente da República e ex-procurador geral do Estado de São Paulo (tema: trajetória na PGE SP, carreira política e temas de interesse da Advocacia Pública).*

Lúcia Lea Guimarães Tavares, *procuradora geral do Rio de Janeiro, e Rafael Rolim, presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) (tema: PGE do Rio de Janeiro e o papel do Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal).*

Juliano Dossena, *presidente da Anape (tema: pleitos da Advocacia Pública no Congresso Nacional e situação das Procuradorias no Brasil)*

Luis Carlos Rodriguez Palacios Costa, *diretor geral da União Nacional dos Advogados Públicos Federais (Unafe) (tema: Advocacia Pública federal – AGU em destaque).*

Assista: todas as edições do "Argumento" estão disponíveis no site www.apesp.org.br.

ANOTE: CONHEÇA A AGENDA E OS PRÓXIMOS ENTREVISTADOS DO "ARGUMENTO"!

Mês de outubro:

Lourival Gomes, *secretário estadual da Administração Penitenciária, e Sebastião Staut Junior, procurador chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Administração Penitenciária (tema: o trabalho das consultorias jurídicas nas Secretarias de Estado e a relação Consultoria-Administração).*

→ dia 29, às 12h, com reprise no dia 2/11, às 10h.

Mês de novembro:

Zelmo Denari, *vice-presidente da Apesp e um dos autores do Código de Defesa do Consumidor (tema: elaboração do Código de Defesa do Consumidor).*

→ dia 5, às 12h, com reprise no dia 9, às 10h.

SAIBA MAIS!

Uma realização da APESP – em parceria com a TV PUC SP e a Eletrobrás –, o programa "Argumento" apresenta um formato de entrevistas com 30 minutos de duração, quando os convidados conversam sobre temas relacionados à atuação da Advocacia Pública em São Paulo e no Brasil. "Argumento" é exibido todo sábado às 12h (reprise na quarta-feira, às 10h), com apresentação da presidente da APESP Márcia Semer. Para sintonizar a TV Justiça: Digital (canal 64); Net São Paulo (canal 6); TVA (canal 184).



presidente da República Michel Temer

"O procurador é mais do que um advogado do governo; ele é um advogado do Estado"

Leia abaixo, alguns excertos da entrevista com o vice-presidente Michel Temer:

Márcia Semer – É um prazer receber o senhor no programa Argumento para falar sobre a Advocacia Pública. O senhor é procurador do Estado de São Paulo aposentado e militou fortemente na Procuradoria Paulista. Eu queria começar a nossa entrevista perguntando por que o senhor quis ser procurador do Estado.

Michel Temer – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar todos os procuradores do Estado por seu intermédio – você que realiza um trabalho extraordinário em prol da elevação da categoria. Em segundo lugar, [externar] o prazer de estar aqui neste programa para falar seguramente para muitas pessoas, mas certamente para muitos procuradores do Estado. Apenas para contar um pouco de como foi essa história de prestar concurso para a Procuradoria: eu, o Celso Bastos – já falecido – e a Teresa Alvim éramos muito amigos e quando saiu um edital de concurso para a PGE resolvemos estudar juntos e prestá-lo. A PGE SP desde aquela época era reconhecida como um órgão jurídico da melhor qualidade. Em 1970, fui nomeado e fiz uma carreira que me agradou muito. Você sabe que desde o primeiro instante eu já militava na área do Direito Público, mas o procurador geral da época me encaminhou para o setor de mandados de segurança. Foi uma coisa muito útil para mim. Foi um aprendizado, pois passei da teoria para a prática. Os mandados de segurança traziam os mais variados temas jurídicos. Foi assim que eu comecei na Procuradoria, onde fiz uma boa carreira, sempre fazendo uma fraternização muito grande com os colegas procuradores.

Márcia Semer – O senhor tem uma carreira política espetacular e muito profícua. Muita gente não sabe que o senhor é um servidor de carreira concursado e que militou na banca da PGE/SP por muito tempo. O senhor foi por duas vezes procurador geral do Estado de São Paulo. Poderia nos contar como isso aconteceu na sua vida?

Michel Temer – Em 1982, participei da campanha do governador Franco Montoro. Ele era professor da PUC SP, onde eu também lecionava. Quando ele foi eleito, chamou o José Carlos Dias para ser secretário da Justiça. A Procuradoria na-

quele tempo era vinculada àquela Pasta. Quando ele pediu um nome para procurador geral, o José Carlos lembrou-se de mim. O governador Montoro me conhecia muito bem e me nomeou procurador geral do Estado. Mas eu fui nessa ocasião procurador geral do Estado por apenas nove meses. Certo dia ele me telefonou e disse que eu seria o secretário da Segurança Pública. Era um momento conturbado e difícil. Eu me surpreendi muito, porque nunca tinha militado na área de direito penal. Eu disse ao governador: "Eu não milito na área e para ser franco eu não sei nem onde fica a Secretaria da Segurança Pública". Lembro que ele me respondeu: "Eu não preciso de um policial lá, eu preciso de alguém que consiga unir as duas polícias – militar e civil. Enfim, um secretário com o foco administrativo. Quanto a não saber onde fica a Secretaria, passe na casa do José Carlos Dias que ele te explica o caminho". Tem outra curiosidade desse momento, para ver como o governador Montoro atuava. Ele me perguntou: "Eu preciso colocar uma mulher no governo. Você tem alguma procuradora que possa ser procuradora geral?". Eu contei que trabalhava no meu gabinete a colega Norma Kyriakos. Ele me pediu para dizer a ela que seria a próxima procuradora geral. Eu desliguei o telefone e comuniquei a todos os dois fatos. Sequencialmente, eu fui eleito para a Assembleia Constituinte, onde trabalhei muito para que o procurador do Estado ganhasse estatura constitucional. Foi inserido no texto constitucional, como também a figura do advogado, que o procurador era essencial à administração da Justiça. Foi um trabalho na área jurídica da Constituinte. Na eleição de 1990, eu fiquei na suplência no início e o governador Antônio Fleury me nomeou novamente procurador geral do Estado. Curiosamente fiquei mais 9 ou 10 meses, pois logo depois ocorreu o episódio do Carandiru e o governador me chamou para a Secretaria de Segurança Pública. (...) Eu creio – e digo isso com muita alegria – que pude fazer boas coisas para a Procuradoria. Primeiro, na Constituinte trabalhei pela elevação do procurador a um cargo estrutural do Estado, com a sua inserção no texto constitucional. Na segunda vez que eu fui procurador geral, lembro-me que conseguimos a autonomia da Procuradoria, que ganhou status de Secretaria de Estado e tornou-se autônoma da Secretaria da Justiça. Ademais, havia o velho problema salarial. Nós ganhávamos um valor fixo mais a verba honorária. Eu tratei com o governo da época para que fosse pago o equivalente a três vezes o valor da verba honorária. Naquele momento, o governo, percebendo que os procuradores ganhavam mal, concordou que se efetuasse esse pagamento em triplo. Foi uma decisão que se mostrou útil ao longo do tempo. Tenho uma passagem muito

próspera pela Procuradoria e pude também dar a minha retribuição.

Márcia Semer – A sua vivência como advogado público ajudou em sua vida política?

Michel Temer – MUITÍSSIMO. Não só na atividade política, como também na atividade jurídica. Os casos que tinha na Procuradoria me ajudavam muito nas aulas que eu dava e também no que escrevi sobre Direito Constitucional. Aquilo era o Direito posto na prática. Na atividade política também, porque eu fui criado juridicamente sob o foco da legalidade. O procurador do Estado tinha na época três funções: i) contencioso, que é fazer papel de advogado do Estado. Ou seja, defender o Estado ou propor ações em nome do Estado; ii) consultiva, que é dar uma orientação ao Estado de como ele deve proceder. O procurador é mais do que um advogado do governo; ele é um advogado do Estado. Portanto, deve estar pautado pelo princípio da legalidade. Na atividade consultiva, tal princípio está sempre presente. (...) Veja como é importante a carreira de procurador do Estado; iii) naquela época, prestávamos também a assistência judiciária, que atualmente está com a Defensoria Pública. Tudo isso me ajudou muito na atividade política. Não só na minha formação política – ligada à ideia da legalidade, da democracia e do Estado de Direito –, mas também com votos. Na Constituinte, o meu gabinete era de todos os procuradores do Brasil. Então, tive muitos votos de procuradores de Estado, que faziam inclusive campanha para mim. Assim, fui deputado federal por seis mandatos.

Márcia Semer – O que levou o senhor para a atividade política e a trabalhar em uma outra área pública?

Michel Temer – Eu comecei a minha carreira política muito cedo. Quando entrei na Faculdade de Direito, fui eleito 2º tesoureiro do Centro Acadêmico XI de Agosto. Depois, preparei-me para ser candidato à presidência do CA, que era um cargo do quarto ano da faculdade. Fiz muita política acadêmica, mas eu me formei em 1963. Logo depois, veio o golpe militar e eu me afastei para construir a minha vida profissional. Foi até muito útil, pois pude advogar, ser procurador do Estado e me doutorar pela PUC SP. A minha vida política externa começou por esse fato que eu lhe contei, quando o governador Montoro me nomeou procurador geral e, sequencialmente, secretário da Segurança Pública. Quando surgiu a Assembleia Constituinte, a ideia era interessante (...) Como eu era da área do Direito Constitucional, muitos foram os entusiastas da minha candidatura. A minha ideia é que ficaria apenas no período da Constituinte e que depois voltaria para a minha vida profissional. Acontece que a vida tem outros desígnios. (...) as coisas foram acontecendo de uma forma que não me deixaram mais sair de Brasília. Fui eleito três



vezes presidente da Câmara dos Deputados e agora vice-presidente da República.

Márcia Semer – O senhor é nosso procurador do Estado mais ilustre.

Michel Temer – O mais ilustre é aquele que está na banca (...). Aliás, rendo a eles a minha homenagem.

Márcia Semer – Atualmente, o Estado é considerado como um grande litigante e responsável pela lentidão do Poder Judiciário. O que senhor acha das Procuradorias atuarem de forma preventiva e com o contencioso administrativo?

Michel Temer – Eu acho muito útil. Quando eu fui procurador geral pela primeira vez, havia o mesmo problema: litigância intensa do Estado. No meu tempo de Procuradoria, para não recorrer ao Tribunal Superior era necessário representar para o subchefe, que tinha que encaminhar para o chefe. O chefe enviava para o procurador geral. Dava mais trabalho fazer a representação para não recorrer do que recorrer. Então, os procuradores recorriam. (...) Com isso, os tribunais até davam umas “pancadinhas” na PGE, dizendo que “o Estado mesmo após várias decisões ainda continuava a recorrer”.

Márcia Semer – A situação atual é a mesma.

Michel Temer – Fui ao governador e disse que se nós tivéssemos um despacho normativo, autorizando que em certas matérias pudesse haver desistência dos recursos, ganharíamos muito em favor do contribuinte e também em favor da agilidade do Poder Judiciário. O governador aceitou e eu fiz uma representação. Ele expediu uma normativa que permitia o não recurso em certas matérias e até desistência de várias já propostas. Com isso eliminamos na época milhares de recursos que ficaram prejudicados para benefício do andamento do Judiciário. Por outro lado, essa questão das Procuradorias e da AGU poderem atuar preventivamente é muito útil. A tendência

é exatamente essa. Atualmente, há o juízo arbitral, que foi estabelecido por lei, e como tem a conciliação na Justiça do Trabalho (...). Agora, as Procuradorias e a AGU estão habilitadas para fazer acordos prévios, impedindo que se vá ao Judiciário. Impedindo no sentido material, pois juridicamente a Constituição assegura a todos o acesso pleno ao Poder Judiciário. Seria extremamente útil porque reduziria a litigiosidade que normalmente prejudica socialmente o país. Se eu puder apoiar esse tese, farei com muito gosto.

Márcia Semer – Isto até privilegia o Estado ético. Se o próprio Estado pode reconhecer determinado direito do cidadão, por que não o faz? Poderia fazer de antemão sem a necessidade de bater na porta do Judiciário.

Michel Temer – Se bem que hoje as pessoas têm muito medo, porque no geral se você fizer acordos independentemente de uma sentença judicial você sabe que vêm críticas. (...) Nos Ministérios e nas Secretarias, os diretores temem assinar algo que pode vir a gerar uma ação popular. Não estou desmerecendo esse fato, que é um fenômeno da participação de todos em fiscalizar os atos do Poder Público. Mas como às vezes há certo exagero, as pessoas têm medo. Como seria a Procuradoria fazendo um acordo que pudesse eventualmente ser apontado como prejudicial para o Estado? O pobre do procurador ou o procurador geral seriam apenados? Mas isso não significa que não deve caminhar por esse setor.

Márcia Semer – Essa situação de insegurança existe mesmo. Há muita desconfiança no setor público do Brasil. Não obstante isso, as Procuradorias e a AGU são órgãos de controle. O senhor poderia falar desse fundamental papel?

Michel Temer – É um dos principais papéis da Procuradoria. É um orientador para o administrador público. O administrador não está

obrigado a acompanhar o parecer, mas a regra é essa. (...) O parecer jurídico é uma âncora muito sólida para o administrador para não ser acusado depois de algum malfeito (...). Na minha época de Procuradoria, muitas vezes os consultores tinham um certo *status* um pouco maior. Embora, todos os setores fossem importantes, a Consultoria era o mais nobre da Procuradoria (...) O gestor tinha sempre que se basear pelo parecer da PGE.

Márcia Semer – Atualmente, a Advocacia Pública tem se mobilizado e atuado de uma maneira mais orgânica na busca de um melhor posicionamento institucional. A Advocacia Pública é considerada uma função essencial à Justiça, assim como a Magistratura e o Ministério Público. Essas duas carreiras têm um arcabouço institucional diferenciado com relação às Procuradorias dos Estados e da AGU, na medida que têm maior autonomia e também a escolha do seu chefe dentre os integrantes da carreira, por meio de lista tripla a ser apresentada pelo chefe do Executivo. Há um movimento dentro da Advocacia Pública para que se atinja também esse patamar institucional, pois não haveria motivo para um tratamento diferenciado. O que o senhor acha da questão?

Michel Temer – É um tema muito delicado. Embora eu ache razoável a autonomia administrativa e financeira das Procuradorias, acredito que a sua vinculação ao Executivo é uma coisa importante. Afinal, o procurador é um agente do Poder Executivo e isso não nos desmerece. É diferente do Judiciário, que é um Poder. O Ministério Público tem hoje atribuições semelhantes ao Judiciário (...). No caso da Procuradoria, uma autonomia absoluta poderá criar algum embaraço para a Administração Pública. (...) Eu não estou desmerecendo a tese, mas é uma coisa que precisa ser muito bem equacionada e refletida.



Casa Guilherme de Almeida e cidade de Holambra são os destaques das últimas visitas monitoradas

A visita monitorada realizada em 30 de agosto foi na casa do escritor Guilherme de Almeida. Com destacada atuação na Revolução Constitucionalista de 1932 e integrante do rol dos artífices do modernismo, Guilherme de Almeida foi considerado o “príncipe dos poetas brasileiros”. O acervo do Museu “é constituído por uma significativa coleção de obras de arte (gravuras, desenhos, esculturas, pinturas), em grande parte oferecidas ao poeta pelos principais artistas do modernismo brasileiro, como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Emiliano di Cavalcanti, Lasar Segall e Victor Brecheret. A ampla e diversificada biblioteca do escritor é outro atrativo da Casa, assim como a hemeroteca e o arquivo fotográfico” (Fonte: www.casaguilhermedealmeida.org.br).

Em 15 de setembro, como uma saudação à chegada da primavera, o passeio foi em Holam-

bra. Com as cores e as fragrâncias que a “cidade das flores” oferece, o passeio proporcionou também a oportunidade de conhecer um pouco da cultura e costumes do povo holandês. Logo após a 2ª Guerra Mundial, o Brasil acolheu muitas famílias de lavradores holandeses. Em 1948, esses imigrantes compraram a Fazenda Ribeirão, com terras espalhadas pelos municípios de Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira e Cosmópolis, onde desenvolveram o plantio de flores ornamentais. Em 1992, a região emancipou-se para “município”. A versão mais difundida é que o nome Holambra origina-se da junção das palavras Hol (de Holanda), Am (de América) e Bra (de Brasil). Além da visita guiada pela cidade, o passeio incluiu uma visita à 30ª Exploflora – Exposição de Arranjos Florais (www.exploflora.com.br).



Na foto acima, visita à Casa Guilherme de Almeida.

Abaixo, viagem para Holambra.



Procuradores comemoram o Dia do Advogado em happy hour da Apesp



Em comemoração ao “11 de Agosto” – Dia do Advogado –, 75 associados reuniram-se na sede da Apesp, em um agradável *happy hour*.

O evento teve a apresentação de um show de talentos, com destaque para a procuradora Julia Cara Giovannetti, que acompanhada do marido Heleno Gonçalves (ao violão), cantou alguns sucessos da música popular brasileira. “Artistas” habituais em confraternizações promovidas pela Apesp também deram uma “canja”: Miranda Leão (piano e flauta), Raymundo Farias de Oliveira (violão) e Jorge Miguel Filho (canto).

Associado: atualize seu cadastro no site da Apesp!



Com o propósito de manter um contato mais próximo com o seu associado, a Apesp solicita que o cadastro dos colegas seja atualizado por meio do site www.apesp.org.br.

A iniciativa permitirá que você receba corretamente as *newsletters* – “Acontece na Apesp”, “Aesp no Legislativo”, “Notícias do Conselho” e “Infojur” –, os comunicados da Diretoria, as correspondências e publicações da Apesp.

Os passos são muito simples:

- 1) Acesse o site da Apesp (www.apesp.org.br);
- 2) No menu vertical esquerdo, clique na entrada “meu cadastro”;
- 3) Faça o login com CPF (somente números) e senha;
- 4) Pronto! Basta atualizar os campos necessários e salvar as alterações!

* Caso você tenha esquecido sua senha de acesso ao conteúdo restrito do site, clique em “esqueci a senha” ou envie um e-mail para apesp@apesp.org.br.

** Caso ainda não tenha a senha de acesso ao conteúdo restrito do site, ligue para (11) 3293-0800 (com o funcionário Marcos) ou envie um e-mail para apesp@apesp.org.br.

Equipe Apesp representou os procuradores na XVI Corrida do Centro Histórico

Em agosto, 31 procuradores do Estado “vestiram a camiseta” da Equipe Apesp para participar da tradicional corrida do Centro Histórico”, uma promoção da OAB/CAASP e Corpore, que neste ano completou a 16ª edição.

A disputada – e charmosa – prova, com 9 km de percurso, possibilitou aos atletas percorrerem locais tradicionais e pontos turísticos da cidade de São Paulo, entre eles o Theatro Municipal, a Praça da Sé, o Pátio do Colégio e o Viaduto do Chá.

Para o colega Paulo de Tarso Neri – que teve a iniciativa para a formação da equipe Apesp –, o evento é uma forma saudável de unir “procuradores de todas as faixas etárias”. A ideia foi prontamente encampada pela diretoria da Associação, que patrocinou as inscrições dos colegas e a confecção das camisetas, além de oferecer antes da prova um café da manhã adequado à prática da corrida de rua.



O evento reforça a grande demanda dos associados por atividades esportivas. Tal constatação fez surgir uma proposta de alteração do Estatuto da entidade (a ser referendada em futura assembleia geral), com o propósito de transformar a “Diretoria de Patrimônio” em “Diretoria de Esportes e Patrimônio”.

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Eletrobras

INFORME PUBLICITÁRIO



Procurador:
 você pode cuidar da saúde
 com o melhor, pagando menos.

Graças à parceria da APESP com a Qualicorp, você pode ter um plano de saúde, coletivo por adesão, de alto padrão de qualidade, até 30% mais barato*.

Confira o quanto vale a pena.

SulAmérica
 associada ao ING

Unimed 
 Paulista

OdontoPrev
 Especialistas em Odontologia

Ligue **0800 777 4004**
 ou faça uma simulação de valores:
www.qualicorp.com.br


Qualicorp
 soluções em saúde